



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

**Não Abandonamos Rojava! - Carta Aberta da Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão**  
AN Original

Por Jineoloji Portugal, Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

**Escola de Inverno Ecologias Feministas de Saberes II - Saberes e Práticas para a C[uj]idadania de 27 a 31 de Janeiro de 2020**  
AN Original - Alice Comenta

Podia escrever um artigo sobre esta segunda edição da Escola de Inverno Ecologias Feminista de Saberes que vai ter lugar no CES de 27 a 31 de Janeiro de 2020. Pensei e resolvi que o mais importante é falar da tal(...)

Por Teresa Cunha



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

**Memórias do cais e resistências**  
AN Original

Nos últimos anos tenho participado e desenvolvido estudos sobre a temática das relações étnico-raciais, em particular da população negra na América Latina, no âmbito do projeto POLITICS. Ao inserir-se no(...)

Por Marcos Silva



es Notícias Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

**Ecuador en medio de recolonización a través del Fondo Monetario Internacional**  
AN Original

Por Raúl Llasag Fernández



es Notícias Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

**Ecuador se levanta contra el FMI liderado por el Movimiento Indígena**  
AN Original

El día jueves 3 de octubre de 2019 las comunidades, pueblos y nacionalidades, representadas por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador CONAIE y el Frente Unitario de Trabajadores FUT iniciaron un(...)

Por Fabián Cevallos Vivar, Verónica Yuquilema Yupangui



pt Reflexão Anti-Colonialismo

**Da Resistência à Resiliência: Uma reflexão psicológica sobre a migração forçada**  
AN Original - Migrating Rights

Este conteúdo faz parte da série "Direitos Migratórios" para assinalar o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estas contribuições são elaboradas pelo Grupo Inter-Temático sobre(...)

Por Alda Portugal, Luciana Sotero



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism

### Gandhi, patriotism and intercultural dialogue for democracy

AN Original - Alice Comments

Alice News contributes to the celebration of the 150th anniversary of the Birth of Mohandas Karamchand Gandhi.

By Cristiano Gianolla



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Reclamando a nossa humanidade: para além de uma cidadania restrita, legado do colonialismo

AN Original - Alice Comenta

No início de setembro de 2019 uma onda de ataques a estrangeiros avançou sobre a África do Sul, repetindo-se cenas de extrema violência de anos anteriores. Esta recente onda de ataques eclodiu em Joanesburgo,(...)

Por Maria Paula Meneses



es Notícias Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Territorios en Conflicto. Construyendo alternativas, visiones compartidas y procesos colectivos.

AN Original

Del 14 de octubre al 22 de diciembre de 2019 se realiza el curso internacional online "Territorios en Conflicto. Construyendo alternativas, visiones compartidas y procesos colectivos" organizado por el Centro de(...)

Por Vasco Coelho



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### Amazônia: O fogo, territórios coletivos e futuros possíveis

AN Original

A disputa territorial na Amazônia passa por um momento dramático da sua história. As crises ambientais fazem parte da história recente do Bioma Amazônico desde a integração dos seus territórios aos mercados(...)

Por Raimunda Monteiro



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### A Versão Moderna da Aporia Brasileira: “Moço, Me Dê Uma Ajuda?”

AN Original

A pergunta exposta no subtítulo desse texto voltou a ser escutada facilmente nas portas de vários supermercados, e nas principais praças brasileiras. Ao ser confrontado por tal realidade, imediatamente pensei na(...)

Por Rafael dos Santos da Silva



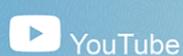
en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

### These girls are ours: constructing the colour of the nation over the bodies of murdered girls in Italy

AN Original - DeOthering & Migrating Rights

This article is part of a serial by the DeOthering project research team, monthly published in Alice News and also part of the serial ? Migrating Rights? aimed at celebrating the 70th Anniversary of the Universal(...)

By Gaia Giuliani



## Não Abandonamos Rojava! - Carta Aberta da *Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão*

AN Original

2019-10-16

Por Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão, Jineoloji Portugal



Caros e Caras,

Durante a última semana assistimos a uma enorme ofensiva do exército turco no Nordeste da Síria. A operação “Nascente de Paz”, movida pelo segundo maior exército da NATO, com o apoio de milícias jihadistas, já provocou centenas de mortos e dezenas de milhares de deslocados.

Foi nesta mesma região que, há cinco anos, o mundo presenciou uma resistência sem precedentes contra as atrocidades do Daesh (o auto-proclamado Estado Islâmico). Foi também nesta região que assistimos a um projeto democrático revolucionário, pautado pela igualdade de género e pela tolerância étnica e religiosa, onde milhares de refugiados, no meio de uma das mais terríveis guerras, encontraram um porto seguro. É nesta região que milhões de Curdos, Árabes, Assírios, Yazidis, entre outros, coexistem pacificamente, construindo um projeto único de paz e democracia: em Rojava, também conhecida como Curdistão Sírio e como Federação Democrática do Norte da Síria.

A operação “Nascente de Paz”, sob pretexto de criar um corredor fronteiriço (em território sírio), representa um potencial genocídio e limpeza étnica das populações locais e levou já ao ressurgimento de células do Daesh em regiões previamente libertadas. Não podemos assistir impávidos a estes crimes contra a Humanidade. É necessária uma tomada de posição forte por parte de todos.

Por isso, na **esta quarta-feira, 16 de Outubro às 17 horas estaremos em frente à Assembleia da República**, no dia de tomada de posse dos novos deputados eleitos, para exigir que enquanto representantes políticos se posicionem contra a invasão turca. Exigimos também um boicote total à Turquia. Não podemos ser cúmplices de um estado que assume uma agenda fascista! Não vamos abandonar Rojava!

No seguimento da chamada internacional de solidariedade com Rojava para acções a nível global, **no próximo sábado, 19 de Outubro às 15 horas voltamos à rua**, numa manifestação que irá percorrer as ruas do Príncipe Real ao Rossio (Lisboa).

Urgimos a todos com sentido de responsabilidade social que se insurjam contra esta invasão e que façam a sua parte: organizem-se, consciencializem, divulguem, protestem! Juntem-se a nós!

Seguiremos em solidariedade com a resistência no Nordeste da Síria, até que todas as formas de fascismo se extingam!

Mais informações em: [www.facebook.com/SolidariedadeCurdistao](https://www.facebook.com/SolidariedadeCurdistao)

Contactos para: [solidariedadepovoscurdistao@riseup.net](mailto:solidariedadepovoscurdistao@riseup.net)

**#RiseUp4Rojava #WomenDefendRojava #BoycottTurkey**



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Escola de Inverno Ecologias Feministas de Saberes II - Saberes e Práticas para a C[u]idadania de 27 a 31 de Janeiro de 2020 AN Original - Alice Comenta

2019-10-15

Por Teresa Cunha

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

---

Podia escrever um artigo sobre esta segunda edição da **Escola de Inverno Ecologias Feminista de Saberes que vai ter lugar no CES de 27 a 31 de Janeiro de 2020**. Pensei e resolvi que o mais importante é falar da tal [Es]Cola que Nos Une. Chamei a Wezu para que ela nos contasse a sua estória. Wezu se apruma, se cala por um longo momento. Se concentra nos vossos olhos e começa a recitar acontecidos da sua vida.

*Nasci ao lado da guerra. Duma guerra que não estava declarada nos tratados mas que matava todos os dias muita gente. Em redor da minha cidade, os musseques acoitavam xs camponesxs e a gente trabalhadora de onde saíam para trabalhar, de madrugada, nas fazendas, nos negócios e nas casas dxs colonxs brancxs.*

*Na minha casa o meu pai, que se achava um domador de pretas e pretos, era-o à custa do revólver que lhe pendia da cinta, sempre. Ou então junto à cabeça enquanto dormia. Distribuía fuba podre pelas mulheres da casa para elas comerem. A minha mãe, que se achava na condição de prisioneira de tal casamento, ia substituindo, como podia, as latas de fuba podre pela farinha boa que arranjava nas trocas que ia fazendo pelo milho ou as costuras dela. Uma economia solidária que ela ia tecendo na clandestinidade contra o domador de pretxs e de mulheres desobedientes. A guerra em casa e a guerra nas sanzalas e musseques são, até hoje, as razões e as consequências que me trazem, sempre de volta, às Ecologias Feministas de Saberes.*

*Se vos conto isto é para vos dizer que é, neste sofrimento primordial, de que fui testemunha e vítima, que encontro as forças concretas para conseguir olhar e compreender o mundo. Deixem-me tentar explicar porquê. A guerra e o capitalismo são duas faces da mesma moeda. O capitalismo só pode ser guerreiro e assassino já que vive da exploração, da apropriação, do mais cruel despojo. Nem preciso de ir mais longe porque todas sabemos o quanto disto é a vida de tanta gente no mundo. A venda das armas e de toda a parafernália bélica, a ideia que a violência é eficaz contra a violência, o arrebanhar de milhões de jovens nesse delírio de conquista, tudo isso, e muito mais, é a guerra. Mas há uma coisa de que não se fala tanto; é que debaixo da guerra há gente que pretende, teimosamente, ser gente. Que vos pareça uma coisa meio doida, meio impertinente, é mais do que possível, eu até aceito sem muito discutir a vossa surpresa. Mas é a partir da troca das latas de fuba e de farinha que eu melhor compreendo o que está em causa quando se trata de cuidado, insurreição e paz.*

*Depois cresci, naquela casa com três quartos, éramos treze pessoas de três gerações. Para comer faziam-se turnos porque a mesa não chegava e o trabalho era repartido segundo a idade e a maturidade exigida para cada tarefa. Era uma coisa de todxs para todxs. Não posso afirmar que a opinião dxs mais novxs fosse tão importante como a dxs mais velhxs. Aí havia diferenças importantes que eram tidas em consideração. Mas também foi aí que comecei a aprender que, de facto, a igualdade só se vive nas diferenças e no respeito por elas. Não é de admirar se vos disser que o nosso caixote do lixo quase nem existia. Remanejar os recursos, desde a roupa à energia gasta, fazia parte da nossa educação. Os livros*

*eram coisas preciosas que xs mais novxs encapavam e protegiam de poeiras. Os cocós das galinhas recolhidos e espalhados pelos canteiros. As couves eram cortadas para a sopa da gente e para os petiscos das galinhas. Enfim, diriam as ecofeministas, tudo aquilo era uma economia do cuidado em que no centro estava a vida e a dignidade de um colectivo. Um colectivo que sabia o que era preciso fazer quando a política torpe nos cobre de guerras, de medos, de fugas e de pobrezaas várias.*

*Mas queria deixar claro que a vida assim não era sobrevivência. Entre parêntesis deixem-me dizer-vos que essa coisa de qualificar a vida e as lutas dxs pobres, melhor se disser, empobrecidxs, como sobrevivência é mais um daqueles truques capital-desenvolmentistas para desvalorizar tudo o que, afinal, é a vida da maioria das pessoas do mundo. Então, digo que não era sobrevivência de que se tratava, mas sim de uma narrativa colectiva de dignidade que todxs aprendemos desde cedo e, amorosamente, com xs nossxs mais velhxs.*

*Nessas experiências concretas de criação contínua de vida, de criação de imaginários económicos outros, de ideias para crescer juntxs, sempre de mãos dadas com os bichos, as árvores, a água, o ar e as demais criaturas, fomos construindo e experimentando saberes.*

*As forças do capitalismo, do machismo e do colonialismo nos querem paradas mas desenganem-se porque afinal, nos revoltam e nos fazem procurar outras formas de viver que, todos os dias, estão à nossa espera para serem experimentadas. Cada caminho escolhido se enchia de pedras que começavam a juntar-se em cada uma das nossas cabeças.*

*É bem feito, é bem pensado se me perguntarem agora:*

*- mas que raio têm a ver as latas de fuba podre ou de farinha boa e cheirosa com o capitalismo, o machismo e o colonialismo? Na ciências, muito mais nas sociais, é preciso prestar atenção à integralidade dos limites, às divisórias entre público e privado, entre passado e presente, entre o eu e o colectivo!!!*

*Dizem muitxs.*

*Eu digo que biombos são coisas que foram inventadas para dissimular e esconder. Por isso, as divisórias não me servem. Entre dúvidas e certezas prefiro as primeiras porque me fazem ir, caminhar, procurar, sentir que ainda há espaço e há tempo para preparar e levar, adiante, a revolta, o redemoinho que transforma. Pois, quando o Boaventura teoriza sobre as Epistemologias do Sul dizendo que o conhecimento emancipatório, no nosso tempo, é aquele que se constrói nas resistências e na lutas, no sofrimento humano, ele fala, mesmo sem saber, das minhas latas de farinha e dos cuidados lá de casa que acabaram por expulsar, definitivamente, o domador de pretxs e de mulheres desobedientes.*

*Chamo-me Wezu e de tudo o que fiz o que mais aprendi é que os trabalhos das mulheres, que expulsam os domadorxs de pretxs e outrxs desobedientes, não reproduzem a vida mas a produzem, sempre e a toda a hora. Foi isso com a mãe que trocava as latas podres por farinha cheirosa, foi isso com a avó que tratava de manter as flores de frangipani cheirando nas roupas.*

*Aquela guerra, a tal que me viu nascer e que eu vi recrudescer, feita por homens de farda, da caserna, do ministério ou do clube de caça, esses domadores de pretxs que as mulheres desobedientes esconjuram para lá da memória e da vida, por cima só tem cadáveres e por baixo terríveis bichos de bocarras a sangrar.*

*Mas apesar dela, lá no meio, de uma forma insuspeitada, as mulheres continuam a lavrar aquilo que apenas interessa: as vidas vividas como devem ser vividas. Querem lá maior rebeldia do que esta?*



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**ces**  
Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



1290  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura  
Universidade de  
Coimbra - Alta e Sufite  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Memórias do cais e resistências

## AN Original

2019-10-14

Por Marcos Silva

Nos últimos anos tenho participado e desenvolvido estudos sobre a temática das relações étnico-raciais, em particular da população negra na América Latina, no âmbito do projeto [POLITICS](#). Ao inserir-se no universo desses estudos, e situar o assunto no campo da Educação, a investigação tem proporcionado uma imersão no campo, permitindo conhecer diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a religião, os costumes, além de uma grande diversidade étnica, bem como processos históricos, políticos e sociais. Desse modo, observando questões fundamentais para a compreensão do racismo nas sociedades contemporâneas e suas raízes históricas. Nesse contexto, conheci no ano de 2019 dois espaços de “memória sensível”, de um lado, o “Cais do Valongo”, situado no Rio de Janeiro, Brasil. De outro, o “Mémorial de l’Abolition de l’Esclavage”, em Nantes na França.

O primeiro, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, é localizado no centro do Rio de Janeiro, na região da antiga área portuária da cidade, na qual o antigo cais de pedra foi construído para o desembarque de africanos escravizados atingindo o continente sul-americano. Em 1811, com o incremento do tráfico e o fluxo de outras mercadorias, foram feitas obras de infraestrutura, incluindo o calçamento de pedra de um trecho da Praia do Valongo, que constitui o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo. O Cais foi soterrado por uma reforma urbana do início do século XX, e foi “redescoberto” durante as obras no porto levadas a cabo nos últimos anos. Com a construção do Museu do Amanhã, o local foi revelado, em 2011, durante escavações das obras, e se tornou um marco material das raízes africanas nas [Américas](#).



Foto do autor: Cais do Valongo-Rio de Janeiro, Brasil.

O Cais do Valongo faz parte da lista da UNESCO desde 9 de julho de 2017, como patrimônio da humanidade. Nas palavras da historiadora e pesquisadora Mônica Lima, outros sítios históricos marcados pela presença afro-brasileira já tinham recebido este reconhecimento, por exemplos: os centros históricos das cidades de Salvador, na Bahia, São Luís, no Maranhão, entre outros. Porém, no caso desse bem situado na cidade do Rio de Janeiro, “o valor universal excepcional que lhe foi atribuído teve em sua justificativa central o caráter de lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e de resistência cultural e política da população negra a uma longa história de violência e exclusão. O cais foi, no início do século XIX, o centro do local de desembarque do maior número de africanos escravizados que chegaram vivos às [Américas](#)”.

O Cais do Valongo desperta a memória de eventos dolorosos, tristes e traumáticos e que remetem a história de violação de direitos humanos. Como bem observou a historiadora Monica Lima, “a história do Cais do Valongo pode ser considerada um exemplo de processo de identificação e apagamento do passado e da criação de tradições”. Vale ressaltar que a apropriação oficial do reconhecimento do Cais do Valongo pelas autoridades não se realizou sem críticas de movimentos sociais negros, a comunidade

negra, moradores e ativistas e pesquisadores, “trata-se de investir na resistência e na luta que se constroem por meio do conhecimento. E de um resgate da força das nossas relações com África”.

O segundo, O Mémorial de l'Abolition de l'Esclavage, foi aberto ao público em 25 de março de 2012. Está localizado no Quai de la Fosse, o ponto de partida simbólico de muitos navios negreiros que navegaram em direção à África, é um importante memorial dedicado ao tráfico de escravizados e à sua abolição. É um lembrete da História de Nantes, como o porto de comércio de escravizados na França do século XVIII, prestando homenagem àqueles que lutaram e ainda lutam, cotidianamente em defesa de direitos, e que a juventude negra nas sociedades contemporâneas, em especial no Brasil, possa trilhar uma trajetória de vida e educacional com menos desigualdades sociais, mais políticas públicas, mais apoios e menos barreiras raciais, e acima disso a vida.

Ao longo das margens do Loire, entre a ponte Anne-de-Bretagne e a passarela Victor-Schoelcher, uma caminhada plantada de 1,73 acres é revestida por 2.000 inserções de vidro, 1.710 das quais contemplam os nomes dos navios negreiros e as datas em que os escravizados deixaram o porto de Nantes. As 290 inserções restantes denominam os postos de comércio de escravizados e os portos de escala e portos na África, nas Américas e no Oceano Índico. Os passos percorridos guiaram-nos por esse caminho triste e doloroso na nossa história, permitindo uma tomada da consciência da magnitude da tragédia no meu próprio ritmo. Vale ressaltar que de meados do século XVII, a meados do século XIX, a França organizou pelo menos 4220 carregamentos de escravizados, a maioria deles liderada pelos armadores de Nantes. Os navios de Nantes transportarão mais de 550 000 escravizados.



Foto do autor: Mémorial de l'Abolition de l'Esclavage, Nantes, França.

O tráfico de escravizados e a abolição fazem parte da história e identidade da cidade de Nantes, França. Do século XVII ao século XIX, o comércio de escravizados fez parte das atividades comerciais de Nantes e contribuiu para o acúmulo de riqueza na cidade. A partir da década de 1980, o passado há muito silenciado do comércio de escravizados da cidade começou gradualmente a surgir. Em 1985 foi organizado em Nantes um Colóquio internacional sobre o tráfico de escravizados, ainda, segundo informações que captamos da página do “Mémorial de l'Abolition de l'Esclavage”, identificamos que a cidade se recusou a financiar o evento “Nantes 85”, que propunha lançar programas de pesquisa e cultura sobre a temática, desencadeando uma forte reação e resposta de Associações e do público envolvido neste projeto. Em 1992 foi realizada a primeira exposição temporária dedicada ao tráfico de escravizados e à escravidão, “Os Grilhões da Memória”, que foi inaugurada em Nantes e teve grande sucesso. A exposição durou pouco mais de um ano e ajudou o público a entender o comércio de escravizados e o papel desempenhado por Nantes. Em 1998, foi criado um coletivo de Nantes que uniu várias associações para comemorar o 150º aniversário da Abolição. Em 24 de abril de 1998, uma iniciativa da Associação Mémoire de l'Outre Mer originou a inauguração de uma escultura comemorativa no Quai de la Fosse. A escultura foi vandalizada alguns dias depois. Em junho de 1998, a cidade decidiu erguer um monumento comemorativo, o “Mémorial de l'Abolition de l'Esclavage”. As Associações em Nantes continuam atualmente promovendo a conscientização histórica e a memória e mostram sua dedicação à liberdade e aos direitos humanos. Um não ao silenciamento!



**Marcos Silva** é Doutor em Psicologia Social, pela PUC-SP, Brasil. Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra (UC), Portugal e integrante do projeto (725402 – POLITICS – ERC-2016-COG).

# Ecuador en medio de recolonización a través del Fondo Monetario Internacional

## AN Original

2019-10-10

Por Raúl Llasag Fernández



Manifestantes contra o Governo em Quito. JUAN DIEGO MONTENEGRO/DPA

### **Primer paso: acuerdo para des-institucionalizar y perjudicar al pueblo ecuatoriano, a cambio de inmunidad.**

Lenin Moreno, ganó las elecciones en el año 2017 con un mínimo de votos frente a Guillermo Lasso y acusado de fraude electoral. Por otro lado, fue parte del gobierno de Rafael Correa como Vicepresidente por 6 años, el resto de periodo vivió en Ginebra con una figura que fue creada ilegalmente para justificar el pago de un sueldo para que pueda vivir con toda su familia en la ciudad más cara del mundo, en una oficina y casa pagada por el Estado ecuatoriano.

Por tanto, Lenin Moreno al llegar a la Presidencia se encuentra en una encrucijada sin salida, es decir, sin apoyo popular suficiente; con toda la prensa controlada por los poderes económicos resentida que se opone a todo y nada; y, envuelto en actos de corrupción del gobierno del cual fue partícipe y beneficiario.

En esas circunstancias, Lenin Moreno opta por el camino más fácil y ruin: venderse a los poderes económicos y traicionar a sus compinches de diez años; beneficiar con políticas económicas a los empresarios y banqueros; consecuentemente, perjudicar a los más pobres del país, a cambio de que él y sus familiares no sean investigados y procesados en actos de posibles corrupciones, es decir, a cambio de inmunidad. Por ello, la primera reunión de su gobierno fue con la prensa controlada por los poderes económicos, cuya reunión no fue publicada por la prensa, luego existe un pacto con la derecha tradicional como Partido Roldosista Ecuatoriano, Guillermo Lasso y algunos resentidos con Correa y finamente con el Partido Social Cristiano.

Para viabilizar el pacto indicado, Lenin Moreno, con el apoyo de la prensa controlada por el poder, maneja el discurso de diálogo, anticorrupción y des-correización, tras de todo este discurso, no está más que el proceso de desinstitucionalización del Estado y control de esa institucionalidad por parte de los nuevos compinches de Moreno; privatizaciones de los servicios públicos rentables; políticas de favorecimiento para los banqueros e industriales; continuidad de las políticas extractivistas; retorno del Fondo Monetario Internacional; y, por tanto el empobrecimiento de los sectores populares.

La figura que se inventó para des-institucionalizar el Estado fue el Consejo de Participación Ciudadano y Control Social Transitorio, designado por el Ejecutivo a dedo. Este Consejo destituyó a los miembros del Consejo de la Judicatura, Defensor Público, Fiscal, Jueces de la Corte Constitucional, Vocales del Consejo Nacional Electoral, Jueces del Tribunal de los Contencioso Administrativo, entre otros, creando figuras de encargos y luego concursos que han sido acusados de formales, discriminatorios y no transparentes. Pero, el que no fue evaluado ni destituido fue el Contralor que ilegalmente se encuentra en funciones hasta hoy.

### **Segundo paso: Creando y provocando crisis económica.**

Una vez des-institucionalizado el Estado y ubicado en estos espacios a sus personas de confianza, el gobierno envía al Legislativo el Proyecto de Ley Orgánica del Fomento Productivo, el mismo que es aprobado por el Ejecutivo en agosto de 2018. Esta Ley condona intereses, multas y recargos por más de dos mil seiscientos millones de dólares. Esta Ley tenía al menos tres objetivos:

1. Beneficiar a los empresarios y banqueros.
2. Crear crisis económicas.
3. Justificar el retorno del Fondo Monetario Internacional.

Estos objetivos han sido cumplidos a pie de la letra y han justificado el despido de empleados públicos, reducción de gastos en servicios públicos e inicio de procesos de privatizaciones.

### **Tercer paso: justificar el retorno del FMI**

Creada intencionalmente la crisis económica, viene el siguiente paso que es recurrir al Fondo Monetario Internacional. El FMI aprueba un crédito para el Ecuador, equivalente exactamente igual al monto que fue condonado a través de la Ley Orgánica de Fomento Productivo a los banqueros y empresarios. Obviamente, el FMI es un facilitador para beneficiar a las empresas transnacionales y golpear al pueblo más vulnerable.

### **Cuarto paso: medidas económicas recetadas por el Fondo Monetario internacional**

Lenin Moreno anuncia las medidas económicas el 1 de octubre de 2019, entre ellas: la eliminación de los subsidios de los combustibles; eliminar o reducir aranceles para maquinarias, equipos y materia prima; devolución automática de tributos para importadores, eliminación del anticipo a la renta para los empresarios, supresión de impuestos a la importación de celulares, computadoras, tabletas; despido de empleados públicos; reducción de vacaciones de empleados de 30 a 15 días; nuevos contratos con un salario menor al 20%, etc.

### **Quinto paso: creación del estado de conmoción por parte del gobierno y Decreto de Estado de Excepción**

El gobierno, al anunciar y poner en vigencia las medidas económicas, provoca y crea un estado de conmoción nacional, porque el pueblo ecuatoriano sale a ejercer el derecho a la resistencia en las calles y plazas, con lo cual justifican para decretar el Estado de Excepción, que es decretada el 3 de octubre de 2019. ¿Puede el gobierno crear un estado de conmoción y luego decretar un estado de excepción?, es lo que la Corte Constitucional no analizó, pero terminó constitucionalizando la vigencia del Estado de Excepción y con ello el estado de violencia, dejando al margen el derecho a la resistencia reconocido constitucionalmente. Desde mi punto de vista, el gobierno no puede beneficiarse de su propio delito, por tanto el Decreto de Estado de Excepción no cumple con el requisito constitucional.

### **Sexto paso: deslegitimación de las movilizaciones indígenas y surgimiento del racismo colonial**

La movilización indígena surge desde las comunidades y se va fortaleciendo hasta paralizar el país. Al gobierno no le queda otra alternativa que reprimir, hasta el momento hay más de 3 muertos, más de cuatrocientos setenta detenidos y centenares de heridos. Paro también, emprenden una campaña de deslegitimación, sea, infiltrando en las movilizaciones a gente que provocan enfrentamientos, violencias, que ahora ya ha sido controlado por el mismo movimiento indígena; o, sea, acusando de que detrás de las movilizaciones está Correa, que somos manipulados, incluso pidiendo que se queden en los páramos como lo ha hecho Jaime Nebot, a quien Lenin Moreno le ungió como el próximo Presidente del Ecuador.

### **¿En verdad se beneficia el Estado con las medidas económicas como dice Lenin Moreno?**

El FMI nunca favorece al Estado o a los pueblos. El FMI siempre favorece a las empresas transnacionales, viabiliza al capitalismo transnacional. Detrás de La liberación de los precios de los combustibles, está la privatización de la Refinería de Esmeraldas, porque una vez privatizado las refinerías, ya estará liberado los precios de los combustibles, entonces no se beneficiará el Estado, sino las empresas transnacionales que compren la Refinería de Esmeraldas.

Consecuentemente, el problema no es solamente la subida de los pasajes, subida de los precios de los combustibles, el fondo del problema como lo plantea la CONAIE es “fuera FMI”, “no al capitalismo transnacional”, “no al extractivismo”, “respeto a los derechos de la naturaleza” y “no a la colonialidad”.

### **Un camino oscuro nos depara**

¿Puede un Presidente secuestrado por sus culpas tomar decisiones? Es complicado, pero, cuando los pueblos se levantan no hay poder que detenga ni que dure. Además, cuando los poderes económicos ven que sus siervos ya no les sirven les expulsan, parece que eso sucede ahora mismo con Lenin Moreno, que está de regreso a Quito.

# Ecuador se levanta contra el FMI liderado por el Movimiento Indígena AN Original

2019-10-09

Por Fabián Cevallos Vivar, Verónica Yuquilema Yupangui

El día jueves 3 de octubre de 2019 las comunidades, pueblos y nacionalidades, representadas por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador CONAIE y el Frente Unitario de Trabajadores FUT iniciaron un levantamiento contra el gobierno neoliberal del Presidente Lenin Moreno.



Solidaridad desde Argentina | Fuente: CONAIE Comunicación

Su paquete de políticas responde a las condiciones del Fondo Monetario Internacional (FMI) y de las élites económicas, que prevé: 1) La eliminación del subsidio a la gasolina extra y al diesel –Decreto 883-; 2) Supresión de los impuestos a la importación de celulares, computadoras y tablets; 3) Eliminación o reducción de aranceles para maquinaria, equipos y materia prima agrícola e industrial; 4) Bajar impuestos a los vehículos que cuestan menos de 32.000 dólares; 5) Contratos ocasionales que se renovarán con el 20% menos de remuneración; 6) Los empleados públicos ya no tendrán 30 días de vacaciones, sino sólo 15 días; 7) Trabajadores de empresas públicas aportarán mensualmente con un día de su salario.



Tras el gran levantamiento popular las comunidades indígenas cerraron carreteras, estudiantes, trabajadora/es y mujeres se autoconvocaron a manifestarse en diferentes ciudades y comunidades del país iniciando un Paro Nacional Indefinido. Como respuesta, el poder ejecutivo decretó, el día viernes 4 de octubre, el Estado de Excepción en todo el territorio nacional (la CONAIE respondió con una [carta abierta](#)), con lo cual se ha dado paso a la restricción de derechos humanos fundamentales como la libre circulación y movilidad de las personas y sobre todo, la intervención militar de las Fuerzas Armadas en todo el territorio ecuatoriano.



Entrada a Quito | Fuente: CONAIE Comunicación

Los medios de comunicación estatales y privados han creado un cerco mediático para dar voz únicamente al discurso gubernamental, que minimiza el Paro Nacional y culpabiliza a la/os manifestantes de desafiar a las fuerzas del orden y de crear un caos social (ver [mapa](#) de la represión policial y militar en Quito). Por el contrario, hasta el momento, según las propias fuentes del gobierno, existen más de 400 personas detenidas, cientos de herida/os por armas de fuego y por impactos de bombas lacrimógenas e incluso víctimas mortales (ver [informe](#) sobre situación de derechos humanos).



Quito | Fuente: Luis Herrera - Patricio Pilca - Conaie Comunicación

La noche del domingo 6 de octubre, el Ministro de Defensa Oswaldo Jarrín en cadena nacional, ha manifestado que las fuerzas armadas están listas para actuar y que el pueblo no debe desafiarlos. Mientras tanto el Movimiento indígena en ejercicio de su derecho a la autodeterminación y al carácter plurinacional del Estado ecuatoriano decidió decretar un "Estado de Excepción en las comunidades indígenas" señalando la brutalidad y la falta de conciencia de las autoridades estatales para entender las demandas populares que afectan a la población en general.



Pueblo Kichwa Puruwa-Riobamba-Chimborazo | Fuente: Juventud CONAIE

Hoy es el séptimo día del Paro Nacional Indefinido liderado por la población indígena más empobrecida que ha salido a alzar su voz en contra de las medidas económicas neoliberales. La eliminación de subsidios y las reformas laborales que vulneran los derechos humanos fundamentales de las y los trabajadores, atentan contra la dignidad de los pueblos, consolidan la sobreexplotación de las mujeres e implican un mayor empobrecimiento de la población, afectando especialmente a las nacionalidades indígenas y afroecuatorianas. Entre las demandas también se señala el fin de las políticas neo-extractivas y desarrollistas de larga data, especialmente de la implementación de proyectos de explotación minera, petrolera y de agroindustria en las comunidades.



Zona de Cayambe | Fuente: CONAIE Comunicacion

El gobierno ecuatoriano haciendo uso de todos los medios de comunicación nacionales, desde su nueva sede de gobierno en Guayaquil, ([ver decreto presidencial](#)) intenta minimizar y desprestigiar esta gran movilización liderada por el Movimiento Indígena y organizaciones sociales. Ha dicho que detrás de estas movilizaciones están pretensiones golpistas y conspirativas del grupo de poder afín a su excoideario Rafael Correa, dando la espalda, una vez más, al clamor popular que en este sexto día de movilizaciones sigue siendo respaldada por trabajadora/es, estudiantes, amas de casa, servidores públicos, comerciantes, artesanos y ciudadanía en general.



Frente a estas declaraciones tendenciosas, la CONAIE aclara con firmeza en su último comunicado del día 7 de octubre de 2019 ([ver documento](#)): “No somos instrumento de Correa, Lasso o Nebot, somos pueblo organizado, reivindicando y exigiendo derechos, con una agenda propia, discutida con nuestras bases y con la certeza de que solo mediante la lucha se conquistan derechos, a nosotros nunca nos han regalado nada, por ello la lucha es nuestro único camino.” Y ratifican enfáticamente sus demandas: “Rechazamos las medidas económicas, denominadas el “paquetazo”, y demandamos la reversión íntegra de la carta de intención suscrita con el Fondo Monetario Internacional (...) así como la terminación de los intentos de privatización de las empresas públicas encubiertas bajo la figura de “concesión””.



Zona de Tixan-Chimborazo | Fuente Juventud: CONAIE

Las recetas neoliberales impulsadas por la alianza FMI-gobierno nacional han implicado históricamente formas violentas de profundización del colonialismo y del empobrecimiento, tal como ha ocurrido en las crisis de 1997 y 2000, en la que los movimientos indígenas provocaron la caída de los ex presidentes de derecha Abdalá Bucaram y Jamil Mahuad, por esta razón una vez más son las comunidades movilizadas las que haciendo uso de su derecho a la protesta social, como un derecho constitucional legítimo, han salido a las calles para que la historia no se repita.

### ¡Viva el levantamiento indígena, vivan los gobiernos comunitarios!

*"Hace ya 500 años carajo, vinieron blancos barbudos carajo...  
trajeron cruces y espadas, carajo, para robarnos el oro, carajo"  
"Desde entonces son los gringos que nos roban el petróleo"  
"Los ricos siguen siendo más ricos y los pobres más pobres"  
"Preparemos a los pobres carajo, para hacer el poder"\**

\* Cantón Guamote, manifestación pacífica



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



ces Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
- inscrita no Livro de  
Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Da Resistência à Resiliência: Uma reflexão psicológica sobre a migração forçada

## AN Original - Migrating Rights

2019-10-07

Por Alda Portugal, Luciana Sotero

*Este conteúdo faz parte da série "Direitos Migratórios" para assinalar o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estas contribuições são elaboradas pelo Grupo Inter-Temático sobre Migração (ITM), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.*



*Immigrants are the only ones who can tell us about the territories they have inhabited in their past, the ones they found when they arrived here, and where they want to go next.*  
(Falicov, 2014)

Três de outubro de 2013: um naufrágio ao largo da ilha de Lampedusa provocou a morte a 368 migrantes que, em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

(DUDH), procuravam liberdade, igualdade, reconhecimento de existência e proteção.

O conceito de migração forçada tem sido amplamente discutido em diversas áreas do saber, sendo a sua definição ainda pouco consensual. A literatura diferencia conceptualmente *migrantes* de *refugiados*, considerando que estes últimos são migrantes forçados por questões relacionadas, por exemplo, com perseguições políticas, raciais e/ou ideológicas. Porém, nem todos os migrantes que saem do seu país de origem terão o direito ao estatuto de refugiado, ainda que a saída possa não ser percebida como uma escolha. Neste sentido, questiona-se a diferenciação *migrante* e *refugiado*, podendo esta conceptualização representar, por si só, uma contradição face aos enunciados descritos na DUDH.

Em 1986, Shacknove caracterizou os refugiados como pessoas cujas necessidades básicas não são satisfeitas pelo seu país de origem conduzindo, por esse motivo, à procura de ajuda internacional por via da migração. Apesar de se tratar de uma definição balizadora, parece vaga naquilo que é a clarificação do termo “necessidades básicas”, retirando ênfase à multiplicidade de razões que podem justificar a saída forçada do país de origem. Por exemplo, muitos são os migrantes que atualmente abandonam o seu países de origem por motivos relacionados com insatisfação com ideais políticos, sem que possam reivindicar o estatuto de refugiado (e.g., migrantes que nos últimos quatro anos têm saído da Venezuela). O processo de migração é, assim, complexo, estando na sua base eventos multideterminados que resultam da interseção entre fatores económicos, políticos, sociais e familiares. Atendendo à sua complexidade, importa olhar para o fenómeno da migração de um ponto de vista psicológico dado que, além dos motivos que justificam a migração, há que considerar as consequências deste evento atendendo aos custos e ganhos emocionais associados.

Independentemente do reconhecimento ou não do estatuto de refugiado, a literatura é clara quanto às perdas comuns sentidas e experienciadas na sequência de uma migração forçada, sendo elas de ordem física, social e cultural. Em 2014, Falicov enunciou algumas: (a) perda física de um contexto rotineiro e familiar (e.g., os vizinhos, a casa, as ruas, a comida), isto é, desaparecimento do cenário interno e externo que define parte da identidade da pessoa; (b) perda e necessidade de reconstrução da rede social de apoio, sendo, a este nível, muito relevante considerar os aspetos relacionados com a discriminação social face à migração; e (c) o confronto com valores culturais distintos e perda de

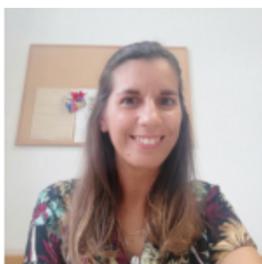
identidade ao nível da língua que se fala. A este respeito, a literatura empírica revela que a exposição abrupta e massiva à novidade em termos de língua, costumes/hábitos, estilos de vida e crenças culturais são potentes precipitantes de sintomatologia psicopatológica em populações migrantes.

Estas perdas envolvem, necessariamente, processos de luto tão ou mais dolorosos como aqueles que se fazem perante a morte de um ente querido, com a ambiguidade de se saber que tudo continua vivo, embora distante (no espaço e progressivamente no tempo). Esta ambiguidade faz-se sentir nas (pequenas) paradoxalidades da migração: a tristeza de deixar o país de origem vs. a idealização de um país que poderá proporcionar melhores condições de vida; a saudade dos amigos e familiares vs. a expectativa sobre aqueles que se conhecem à chegada; a ocupação profissional que se abandonou vs. a oportunidade de iniciar uma nova vida profissional; entre outros. Deste modo, é incontornável assumir-se que o processo de migração encerra, também, oportunidades positivas de mudança, nomeadamente em termos económicos, sociais, de saúde e de educação.

É no equilíbrio entre as perdas e os ganhos que a adaptação ao país recetor se operacionaliza, suportada num constructo psicológico chave: resiliência. Masten (2014) define este constructo como a capacidade que um sistema dinâmico (e.g., família, indivíduo) tem para se adaptar de forma bem-sucedida a desequilíbrios que ameaçam o seu funcionamento e/ou desenvolvimento. Desta forma, migrantes resilientes tendem a manter, de forma seletiva e propositada, parte das suas narrativas culturais, com vista a restaurar o sentido de continuidade e coerência com o seu passado. Autores sugerem que a manutenção e/ou criação de rituais (e.g., comemoração de datas significativas no país de origem) representa uma forma resiliente de fazer face ao stress suscitado pelo processo de migração. (Re)criar significados e propósitos perante a mudança é essencial para que o sentido de identidade cultural seja preservado.

A resiliência não é um constructo estático e, nesse sentido, a sua manifestação varia em função da interação entre o sujeito e o contexto no qual está inserido. Num processo de migração forçada, a adaptação tende a ser tão melhor quanto melhor for: (a) a perceção de que se é capaz de superar as probabilidades, (b) a perceção de que se é capaz de fazer frente a uma situação de risco/pressão e (c) a capacidade de integrar nas narrativas, de forma construtiva, os eventos mais negativos relacionados com a migração. Naturalmente, os agentes sociais são altamente responsáveis pelo favorecimento de uma abordagem resiliente perante o processo migratório (para além de atributos individuais e do ambiente familiar do indivíduo). Nesse sentido, é fundamental que a sociedade procure estabelecer um equilíbrio entre os estereótipos culturais e as especificidades de cada migrante. Numa ótica construtivista, deve favorecer-se uma narrativa baseada nas visões múltiplas sobre o mesmo fenómeno, tendo presente que uma cultura reflete apenas e só um nicho ecológico, isto é, a cultura representa um contexto no qual é privilegiada uma visão específica e restrita sobre a realidade. Existe, porém, uma multiplicidade de possibilidades de compreensão que devem ser contempladas quando nos deparamos com a integração de pessoas de culturas diferentes relativamente à de quem recebe. Além disto, pensar nos migrantes como estando desenraizados e órfãos de país, promove uma visão deficitária das suas competências e, nesse sentido, urge uma mudança discursiva sobre este processo, particularmente quando abandonar o país de origem se constitui como uma necessidade de sobrevivência, mais do que uma opção.

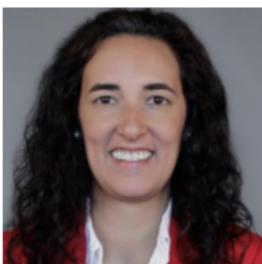
De acordo com o artigo três da DUDH, “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Neste sentido, mais importante do que diferenciar ou identificar os motivos que conduzem à migração (debate migrante vs. refugiado), é essencial que se considere o fenómeno da migração sob vários prismas, não negligenciando a dimensão psicológica, fundamental para promover a passagem da resistência à resiliência daqueles que chegam e daqueles que recebem.



#### **Alda Portugal**

Doutorada em Psicologia Clínica pelas Universidades de Coimbra e de Lisboa (regime de associação). Atualmente é Professora Auxiliar Convidada da Universidade da Madeira e Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Os interesses de investigação têm-se debruçado sobre temáticas relacionadas com a Psicologia da Família e, mais recentemente, na relação entre o funcionamento familiar e os movimentos migratórios. É autora

de artigos científicos publicados em revistas com revisão por pares e capítulos de livros. Participou, enquanto oradora, em diversos encontros nacionais e internacionais.



#### **Luciana Sotero**

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) e doutorada em Psicologia Clínica pelas Universidades de Coimbra e Lisboa. Atualmente é Professora Auxiliar Convidada na FPCEUC e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Publicou diversos trabalhos e proferiu várias conferências no âmbito dos seus interesses de investigação: processos familiares de stress e resiliência em

situações de crise (e.g., transição para a idade adulta, migrações, condições crónicas de doença, etc.), interfaces entre as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o sistema familiar e o processo terapêutico em terapia familiar.

# Gandhi, patriotism and intercultural dialogue for democracy

## AN Original - Alice Comments

2019-10-02

By Cristiano Gianolla

*Alice News contributes to the celebration of the 150<sup>th</sup> anniversary of the Birth of Mohandas Karamchand Gandhi.*



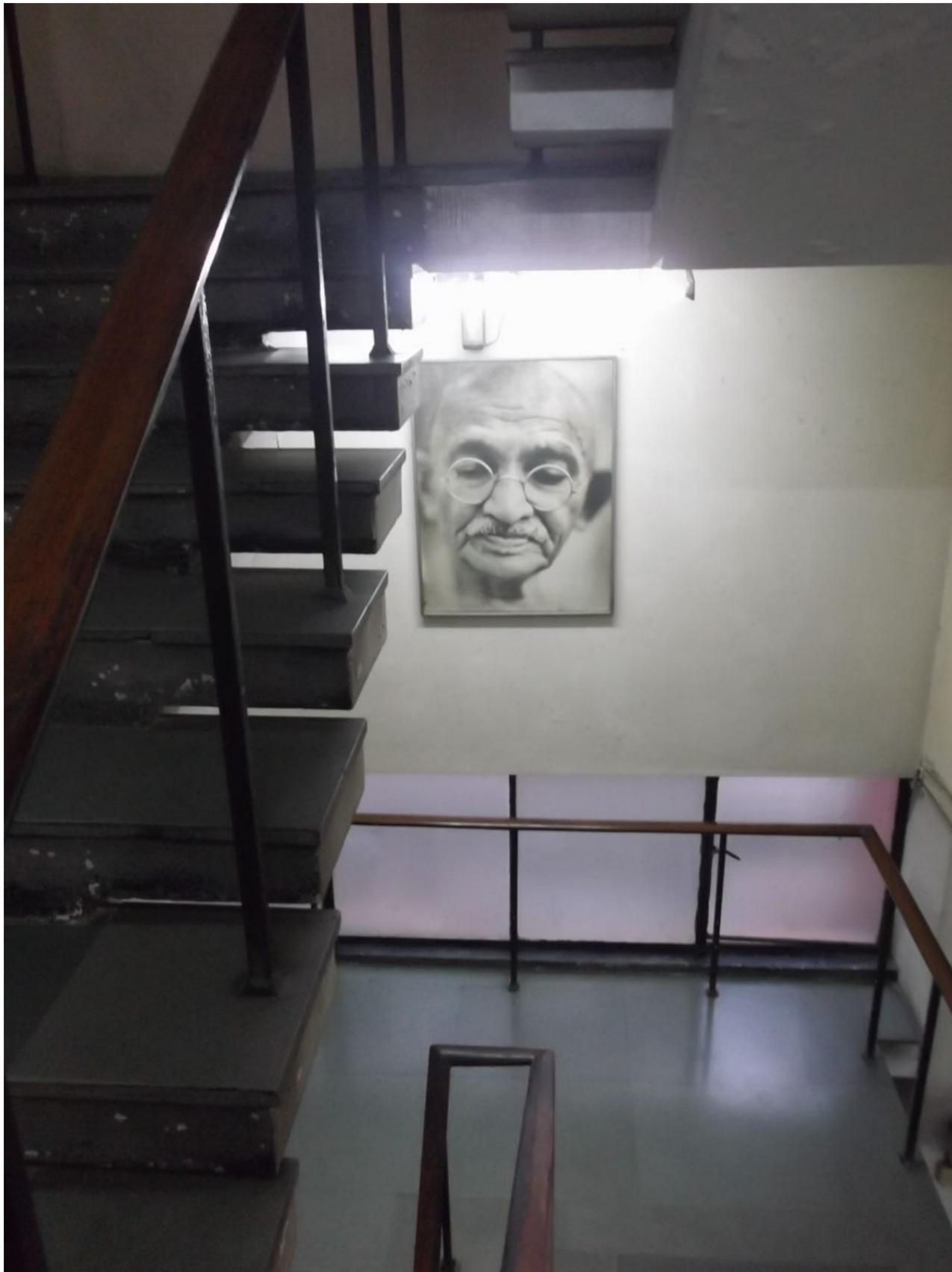
Sabarmati Ashram - Ahmedabad, India. Photo: Cristiano Gianolla 2014.

Today we celebrate the Gandhi *Jayanti*, the anniversary of the birth of Mohandas Karamchand Gandhi, born on 2 October 1869 in Porbandar of the state of Gujarat, India. This year we commemorate the 150th anniversary of the birth of the *Mahatma* – the great soul. He is one of the major political personalities of modernity, one that helped lead India to political independence from the British colonial empire, and one that has left us with a political inheritance which possesses a great potential to allow us to rethink democracy at a time when it is being confronted with the failures of its institutional implementations.

Gandhi lived his life by personally experimenting to be a bodily and spiritual being – one that was confronted with social, political, cultural, economic and spiritual relations. He grew throughout the path as he was open to question his own understandings, even though he was very stubborn in defending them. This is as he was convinced that they had greater affinity with truth than any other option. Truth for Gandhi was the horizon and meaning of life to be achieved through non-violent means.

Gandhi's life and legacy is open to controversial interpretations, as he has increasingly incurred positioned criticism – for instance for his passive adoption of the colonial racial hierarchy during his early work in South Africa. Besides his engagement with the promotion of women in society and being against the discrimination suffered by Dalit people within India, he has also been criticised for defending the caste system and for being patriarchal. There is an increasing number of publications dealing with these issues, many of these at times possessing solid arguments. They increase criticism directed towards Gandhi as they also respond to it. This criticism is linked to the uniquely rich life and work of Gandhi that due to its richness raises opposition. At the same time, in the perspective of his

experimental and incremental life, he had an unprecedented consistency and profound affinity for a sharable idea of social justice and social inclusion.



Gandhi Peace Foundation - New Delhi, India. Photo: Cristiano Gianolla 2014.

Currently, where we confront issues of geopolitics within the limits of mother Earth, his legacy on ecology and for a non-capitalist model of the economy may contribute to possible solutions to these problems that require urgent action at the global scale. On a national scale, it may be necessary to discuss the abyss between his patriotism and the nationalism that characterises the current Indian presidency. Gandhi has infused fundamental principles with the democratic spirit that characterizes the largest democracy in the world (i.e. India) and its Constitution. However, this does not mean that his political testimony has been accepted at an institutional level. For many reasons, the current government is probably the farthest extreme from his views. The focus on the domestic dimension opens up the hypothetical contradiction of a patriotic leader that was at the same time a master intercultural translator. I will attempt to show that this contradiction does not exist. On the contrary, the co-presence of contradictory political categories such as patriotism and interculturality is one of the trajectories that was left by Gandhi to deconstruct and reconstruct democratic theory.

Gandhi developed an original democratic model with respect to the Western liberal paradigm that was centered on ethical and participatory communities. He was critical of representative democracy and instead stressed the importance of direct action, protest and social and political struggle in order to draw on a positive democratic change entailing sharing of power.



Sabarmati Ashram - Ahmedabad, India. Photo: Cristiano Gianolla 2014.

Gandhi started to cultivate his patriotic spirit when he was defending the rights of the Indian community in South Africa. Confronted with colonial rule at a personal and social level, during this period he wrote the seminal work *Hind Swaraj* or *India Home Rule* where he harshly criticized Western civilization. He opposed Western political and economic regimes in order to strengthen the resistance of Indian peoples against colonialism and to deconstruct the political categories that sustained colonial rule. Defending the dignity of Indian civilization as an oppositional paradigm to the colonial paradigm, he aimed at converting – not winning over – the colonizer. To do this he used the intercultural dialogue between civilizations. When it came to the domestic polity, Gandhi proposed thinking of democracy as centered on peoples and communities, not in the state and in power. Gandhi defended a minimal State and a radical devolution and decentralization of political power to the local dimension, something that would create higher administrative levels by contiguity but without overwhelming powers propagating from the top and going on down.

His civilizational patriotism is inscribed in the intercultural approach within the diversity that constitutes India, its peoples, cultures, religions and languages, and that crosses through the struggle against the injustices thereby contained. He increasingly engaged with the struggle against the segregation created by the caste system and for the uplifting of the Dalit. Nonetheless, he opposed the creation of a separate electorate for the Dalit, as demanded by Dr. Ambedkar. This struggle for unity within the polity was extended to the numerous struggles that Gandhi undertook against the separation between religious communities – especially that between Hindus and Muslims. He notoriously opposed the partition of India and Pakistan.

Representative democracy is centered on elections, and it is the electoral circle that creates mechanisms of communication, along with demagogic power management that leads to political apathy due to the passive role of voting citizens in political affairs. The Gandhian idea of *Swaraj*, or self-rule, opposes such passivity with the spiritual duty of independence – a duty that implied service to the community and

moral integrity. Confronted with colonialism, Gandhi imparted a lesson that is valid against the failure of representative institutions.

The concept of civil protest and disobedience took on a new emphasis. *Satyagraha* (which means "insistence on truth") is the philosophy centered on inner strength or soul force, rather than on physical or weapon strength. As a form of struggle, it implies an exceptional dose of courage to take charge of violence, not reacting to it. Here, a bodily translation of violence occurs from something that is imparted to something that is assumed by the self.



Sabarmati Ashram - Ahmedabad, India. Photo: Cristiano Gianolla 2014.

With a very strong spiritual approach, Gandhi's democratic theory supports the dialogue between religions and secular. His *Ashrams* were laboratories of the public sphere where *Swaraj* was the goal at the individual and social level. He drafted the "constructive program" for the construction of democracy as *Swaraj*. Two other elements are of particular importance, namely the *Swadeshi* and the *Servodaya*. The first means self-sufficiency and represents an economic model based on proximity, the small scale and essentiality, while at the same time it was also a movement to boycott British products to which Gandhi gave great vigor. *Servodaya* ("lifting of all" or "welfare of all") is a civic service (directed by the *Satyagrahis* – *Satyagraha* practitioners) for the good of the communities in which they operate, or a spirit of cooperation that started with the utmost attention to the most marginalized.

Justice pursues a universal idea of Gandhi – the Truth – but it negatively conforms based on the oppression against which side it takes. Here we find the universal but not universalist value of Gandhi's democratic theory that is able to combine patriotism and intercultural dialogue, and the situated but not relativistic value of the concrete proposal of civil disobedience and of the social constructive program.



**Cristiano Gianolla** studied Computer Science, Philosophy (BA), Political Philosophy (MA), Human Rights and Democratisation (E.MA), Sociology and Political Science (PhD) in Italy, Germany and Portugal. His main fields of expertise are democratic theories and their intersections with the metaphorical South, intercultural dialogue, cosmopolitanism and post-colonialism. He worked in the Information and Communication Technology field as well as for Non-Governmental Organisations, International Institutions and in Academia in various countries. Between 2011 and 2017, he has been a junior researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra, Portugal and he integrated the ALICE Project (ERC). Since 2017 he is a researcher in the same institution where he currently integrates the ECHOES project (Horizon 2020). He authored two books and a number of scientific articles.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Reclamando a nossa humanidade: para além de uma cidadania restrita, legado do colonialismo

## AN Original - Alice Comenta

2019-10-01

Por Maria Paula Meneses

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

No início de setembro de 2019 uma onda de ataques a estrangeiros avançou sobre a África do Sul, repetindo-se cenas de extrema violência de anos anteriores. Esta recente onda de ataques eclodiu em Joanesburgo, tendo como alvo, sobretudo, estrangeiros africanos. Estes têm sido responsabilizados pela pobreza, falta de emprego e desigualdade social que o país conhece. Mortes, destruição de bens e várias famílias e comunidades desalojadas, são o ângulo mais visível destes ataques, descritos por muitos como ataques *xenófobos* (hostilidade a estrangeiros), *afrofóbicos* (hostilidade aos africanos), ou ainda como expressão de *aporofobia* (hostilidade aos pobres). Mas se os estrangeiros são os principais alvos, os sul-africanos não foram poupados, homens e mulheres. A conhecida cantora sul-africana Yvonne Chaka Chaka twittou que a loja de sua filha foi também vandalizada.



“Thanks xenophobia”/“Obrigada xenofobia”, mensagem grafitada na parede da vazia da galeria nigeriana 16/16, obra da artista nigeriana Sheila Chukwulozie durante a recente FNB Art Joburg – Courtesy de Stevenson Gallery

Esta onda de violência, que chocou o país e a comunidade internacional, especialmente os países de onde eram oriundas as pessoas alvo de ataque (sobretudo migrantes oriundos da Nigéria, Malawi, Zimbábue e Moçambique), merece uma análise mais detalhada, para se identificarem os problemas estruturais que marcam a África do Sul de hoje. Uma breve análise dos jornais sul-africanos que se debruçaram sobre este tema apontam várias razões para esta nova onda de ataques a estrangeiros: o crescimento económico sul-africano é mínimo, e parte importante da população sul-africana vive em situação de pobreza; o desemprego no país, que ronda os 30%, atinge especialmente os mais jovens, negros, sul-africanos (estima-se que a taxa de desemprego neste grupo esteja entre os 80 e 90%), num contexto em que 30% do país não possui, ainda, acesso a água corrente. Desenrascar a vida parece ser a solução mitigante para muitos/as sul-africanos/as, recorrendo aos biscates, ao subemprego, etc.

Estas desigualdades socioeconómicas que limitam o exercício pleno da cidadania, um quarto de século após o fim, formal, do regime de apartheid na África do Sul, assinalam que muito está ainda por fazer no campo da justiça social. Neste sentido, para vários analistas esta onda de violência é, também, expressão de uma ideologia ultranacionalista impulsionada pelas crises económicas, com vários sul-africanos a atribuir a responsabilidade da falta de emprego e de melhores condições sociais aos refugiados e estrangeiros, que supostamente usurpam direitos que não merecem.

Mas a realidade é mais complexa. Como vários analistas destacam, nas antigas colónias de povoamento, os processos de assimilação tem levado as novas lideranças políticas a calibrar as suas exigências em função dos referentes democráticos e dos direitos civis eurocêntricos, mantendo muitas das referências colonizadoras. A legitimação e garantia dos privilégios raciais dos brancos acontece pela cooptação de alguns sectores da população, enquanto a larga maioria popular continua a não disfrutar dos alcances económicos e sociais. Por exemplo, mais de 60% das pessoas não possuem os títulos sobre a terra em que vivem ou trabalham, sejam terras tribais, comunitárias, ocupadas ou pertencentes ao Estado, uma situação que afeta especialmente as mulheres.

Em paralelo, se a manutenção da relação colonial-capitalista permanece uma realidade na África do Sul, esta relação é amplificada com a forte presença da violência machista. De facto, várias das acusações feitas aos estrangeiros é que estes estavam a roubar não só os empregos destinados aos sul-africanos, mas também 'as nossas mulheres', coisificadas como objetos.

A par das notícias sobre a onda de violência contra migrantes, a imprensa sul-africana tem vindo a noticiar inúmeros casos de feminicídio e estupro no país. De acordo com dados recentes, (2017/18), uma mulher é assassinada a cada três horas na África do Sul, um valor que tem vindo a crescer nos últimos anos. Estes números são testemunho da profunda crise social que atravessa o país, e que tem nas mulheres um alvo preferencial desta espiral de violência. Denunciando a violência, as mulheres saíram à rua em várias cidades sul-africanas, em protesto contra o estupro e o feminicídio, parecem estar fora de controlo; como várias das mensagens apresentadas nas manifestações sublinharam, esta violência insinua um país em guerra contra as suas mulheres.

Na África do Sul, como em muitos outros lugares do mundo, a questão que se coloca é como reconhecemos (ou não) a humanidade um do outro/a? “Não permitas que a raiva cresça dentro de ti a um ponto em que não me vês mais como um ser humano, e estupas e matas”, era a mensagem que se podia ler num dos cartazes empunhados na manifestação em defesa das mulheres em Johannesburg. Um olhar mais atento mostra que os principais focos de violência se concentram nas grandes cidades como Joanesburgo, epicentros históricos da violência colonial, racial e de género. Se no passado estes centros foram exemplo da ilusão de prosperidade do apartheid, hoje a realidade é distinta, pois largos setores da população não beneficiam de habitação decente, acesso à água corrente, etc. Este facto em si sugere que os argumentos económicos não são suficientes para explicar os problemas que a África do Sul enfrenta. Uma análise detalhada da realidade sul-africana mostra o peso da pesada herança colonial-capitalista e patriarcal. Esta tríplice exploração, que marca o sistema económico sul-africano, apoia-se numa estrutura social, política e epistemológica em cujo cerne se encerra a definição de quem é humano e quem não é. Durante o apartheid, a distinção era simples e direta. Os negros, os indígenas, eram sub-humanos. A sua subhumanidade, uma invenção política eurocêntrica, inventou e legitimou o sistema de discriminação ontológica e epistémica que ainda marca a África do Sul e muitos outros países.

Importa, pois, refletir sobre as heranças coloniais num sentido amplo, incluindo os modos modernos de dominação eurocêntricos, baseados na privação epistemológica e ontológica, ou seja, na recusa em reconhecer a humanidade plena do/a outro/a, seja o habitante dos bairros pobres, seja o estrangeiro. A ambos não é permitido ascender socialmente. Assim, quando a classe política dirigente insiste em não assumir a sua responsabilidade de fazer da política a celebração da dignidade humana, garantindo a melhoria das condições de vida dos cidadãos/ãs, há que desafiar esta herança.

Descolonizar as realidades herdadas é um desejo partilhado por todos e todas os que lutam pelo direito à vida, pelo direito a não ser o próximo a morrer, fruto das múltiplas violências que marcam o mundo, espelho das desigualdades sociais. Da África do Sul à Finlândia, da Colômbia à Austrália, passando pelo Sahara ou Palestina, são várias as conexões e solidariedades conjugadas, na busca de amplificação da nossa humanidade; no seu conjunto estas lutas são símbolo de um projeto global de pensar, sentir e

estar no mundo em diálogo, tendencialmente horizontal, a partir de experiências situadas. Como estas realidades nos ensinam, é urgente descolonizar, ideológica e epistemicamente, as identidades políticas presentes, regressando ao desafio inicial da Carta da Liberdade: “Nós, o povo da África do Sul, declaramos o que o nosso país e todo o mundo sabem: que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem”, transcendendo o peso das heranças políticas e abrindo caminho a um sentido mais amplo de ser-se dignamente africano/a. Em contextos onde as pessoas têm medo daqueles que são diferentes e estão crescentemente catequizadas por projetos nacionalistas extremistas, o resultado é a perda de perspectiva do que é ser-se humano. Num desafio radical às propostas que nos desumanizam, urge reclamar uma outra forma de pertença, onde a cidadania não é mais a invenção do eu, mas a descoberta do/a outro/a através dos saberes e experiências do/a outro/a.



**Maria Paula Meneses** é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE). É doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). Lecciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em 'Pós-colonialismos e cidadania global'. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso interbaccional 'Epistemologias do Sul' (CLACSO-CES). Anteriormente foi Professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). De entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, o pluralismo jurídico - com especial ênfase para as relações entre o Estado e as 'autoridades tradicionais' no contexto africano -, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de 'outras' narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Participou em inúmeros projectos de investigação, coordenando atualmente uma pesquisa sobre as relações afetivas durante a guerra. Organizou e publicou vários livros e artigos. A sua mais recente publicação é 'Mozambique on the Move. Challenges and Reflections' (Brill, 2018), organizada com Sheila P. Khan e Bjorn Bertelsen. Entre outros trabalhos é de referir 'As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais' (com Bruno Sena Martins, Almedina, 2013), as 'Epistemologias do Sul' (com Boaventura de Sousa Santos, Almedina, 2009, 2011; Cortez, 2010 e Alkal, 2014), 'O Direito Por Fora do Direito: As Instâncias Extra-Judiciais de Resolução de Conflitos em Luanda, Angola' (com Júlio Lopes, Almedina, 2012). Tem o seu trabalho publicado em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



**UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA**



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Territorios en Conflicto. Construyendo alternativas, visiones compartidas y procesos colectivos.

## AN Original

2019-09-30

Por Vasco Coelho

*Del 14 de octubre al 22 de diciembre de 2019 se realiza el curso internacional online "Territorios en Conflicto. Construyendo alternativas, visiones compartidas y procesos colectivos" organizado por el Centro de Investigación de Paz Gernika Gogoratuz y la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU) a través de su campus online.*

Es gratis, pero con plazas limitadas. | [Inscripciones](#) abiertas hasta: 04/10/2019.



Este curso es parte del proyecto "Territorios en Conflicto. Investigación, Formación y Acción para el Fortalecimiento de Capacidades y la Construcción de Alternativas de Vida". Se trata de una iniciativa de Gernika Gogoratuz y Gernikatik Mundura, en colaboración con la Universidad de Tolima, de Colombia, el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra, Portugal, WLSA Mozambique y la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, financiado por la Agencia Vasca de Cooperación al Desarrollo.

Su principal objetivo es estudiar el impacto de los factores transnacionales en tres territorios (Cabo Delgado, en Mozambique; Cajamarca/Tolima, en Colombia; y Urdaibai en el País Vasco) en los que la capacidad de determinación autónoma de su futuro se ve amenazada por la actuación de actores externos. Además, se plantea impulsar el fortalecimiento de las capacidades existentes en esos territorios para que se haga posible la definición y construcción de alternativas propias.

Una de las actividades contempladas en el proyecto es, por tanto, la formación, de donde nace este curso, cuya seña de identidad es que se basa en gran parte en las investigaciones que realizaron los distintos grupos de trabajo en los tres territorios mencionados.

Se hizo un esfuerzo por definir una metodología para hacer estos estudios, con la publicación de un libro que ofrece herramientas que permitan: tener una visión alternativa, analizar la realidad desde esa visión e intervenir en el cambio de esa realidad. Esta es la pretensión y el desafío: que sirva a los distintos actores que actúan en los territorios para comprender los nuevos escenarios que enfrentan y para actuar en la búsqueda de la alternativa.

Los diferentes módulos responden a los diferentes capítulos del libro. Su metodología no es algo abstracto y teórico, sino que lo que buscamos que sea una herramienta para definir y trabajar una visión alternativa. Para ello, queremos ser consecuentes con la realidad, con sus exigencias, sus posibilidades y sus límites. Por eso, no es algo neutro, nuestro curso pretende formar en el proceso de encontrar propuestas alternativas para los distintos territorios. La adopción de un marco normativo se convierte en un elemento esencial del proyecto. Pero, así como no hay una única visión de cuál deba ser el futuro deseable y posible, tampoco puede pensarse en un único marco universal válido para cualquier tiempo y lugar. Pero estamos obligados a disponer de una referencia normativa.

Para ello usamos: un abordaje feminista interseccional, especial atención a las dinámicas entre lo local y lo global, y dos marcos teóricos centrales: las epistemologías del sur y el fortalecimiento de las capacidades. Esto ha sido central en la reflexión entre los equipos de investigación, compartir la necesidad de defender los diálogos horizontales y solidarios entre los todos los conocimientos disponibles en el mundo, siendo el objetivo la búsqueda de la maximización de la justicia para todas y todos, sin excepción, en armonía con la madre Tierra y todas las demás manifestaciones de vida. Es decir, se asume una narrativa de esperanza, que, además de mostrarse crítica con el modelo dominante, propone la construcción de alternativas.

El curso tiene, definitivamente, una vocación internacional al basarse en las experiencias de investigación, praxis y luchas en tres territorios caracterizados por las tensiones entre las pretensiones de intereses externos y las búsquedas locales de proyectos propios alternativos. A partir de los trabajos realizados por los distintos grupos locales sobre los distintos territorios, se presentan en el curso los resultados y las propuestas de capacitación necesarias para entender la complejidad de los procesos en curso. Los contenidos incluyen elementos conceptuales, análisis de las distintas realidades y propuestas políticas. Además de la formación de las personas que participen, se busca vincular las luchas locales con el contexto global y la generación de espacios de encuentro y redes a nivel internacional. El espacio virtual permite conectar territorios, personas, discursos, alternativas.

Este curso internacional online responde a los siguientes objetivos específicos:

- Reforzar y compartir el conocimiento sobre el impacto de las empresas transnacionales a nivel global y los nexos comunes identificados en los distintos territorios.
- Desarrollar las claves que nos pueden ofrecer los marcos de DHS y DHL para trabajar el fortalecimiento de capacidades y construcción de resistencias y alternativas al desarrollo en estos territorios en conflicto.
- Establecer vínculos y fomentar la generación de redes entre las personas que participen en el curso.
- Fomentar que las personas participantes, a partir de la reflexión y el conocimiento crítico, puedan vincularse con las luchas y organizaciones en sus territorios.
- Construir un curso que, tanto en los contenidos como en la selección de las personas dinamizadoras, incorpore la mirada feminista interseccional, el enfoque local/global, la diversidad y logre avanzar en la ruptura del imaginario hegemónico existente sobre los países del Sur global.

En resumen, el curso afronta un tema de actualidad en todas las sociedades del mundo, como es la tensión entre los intereses locales y los que nacen de las fuerzas globales. Esta tensión se manifiesta con características particulares en cada territorio o sociedad local. Normalmente el estudio de la tensión local/global se ha estudiado desde categorías universales y abstractas, desconociendo la inmensa diversidad de situaciones que se producen. Su originalidad se encuentra en que la base de sus enseñanzas descansa en los trabajos previos realizados por los distintos grupos en cada uno de los territorios, ofreciendo una propuesta formativa más cercana a la realidad y coherente con la complejidad con que se presenta en la realidad esa tensión local/global. Partiendo de estas premisas se entiende que se disponen de elementos novedosos y potentes para la formación de personas que sean capaces de

entender los procesos que se dan en su territorio y de incidir en la construcción de alternativas propias.



## CURSO ONLINE INTERNACIONAL TERRITORIOS EN CONFLICTO

### Construyendo alternativas, visiones compartidas y procesos colectivos

Las sociedades tienen capacidad de convivir y tomar decisiones sobre su territorio y su futuro. Sin embargo, la acción transnacional y un sistema de relaciones de poder a su servicio, dificultan el proceso de apropiación y empoderamiento colectivo necesario para tener una vida y futuro mejor.

Este curso internacional ofrece herramientas para explorar los avances y las dificultades en la búsqueda de proyectos propios alternativos en los distintos territorios. No se trata de ofrecer propuestas concretas sino de acompañar a quienes resisten y luchan por construir alternativas de vida sostenibles con el planeta.

A partir del esfuerzo de investigación teórica y la experiencia de la acción en tres territorios (Urdaibai-País Vasco; Cajamarca/Tolima-Colombia; y Cabo Delgado-Mozambique), profesorado y activistas de varias universidades y organizaciones sociales os proponemos analizar la complejidad de los procesos de cambio. Se estudiarán los elementos conceptuales críticos con el sistema dominante y se expondrán enfoques alternativos, propuestas sociales y políticas, concretas a cada territorio. Este curso, además, propone analizar el marco de las luchas locales en el contexto global, generar espacios de encuentro y fortalecer redes a nivel internacional. En definitiva, a través de este espacio virtual de formación, queremos conectar territorios, personas, narrativas y alternativas.

**DIRIGIDO A:** estudiantado universitario de grado y posgrado, activistas de organizaciones sociales y ONGD que están enfrentando el impacto de la acción transnacional y planes desarrollistas en sus territorios.

**IDIOMAS:** Castellano / Portugués / Euskara

**DURACIÓN DEL CURSO:** 14/10/2019 al 22/12/2019 (10 semanas / 60 horas)

**INSCRIPCIONES:** Antes del 04/10/2019. Curso gratuito / Plazas limitadas

**CONTACTO:** Vasco Coelho (Coordinador ejecutivo del curso) [vasco.coelho@gernikagogoratzuz.org](mailto:vasco.coelho@gernikagogoratzuz.org)

**MATERIALES:** Para cada módulo se proporcionarán guías, materiales docentes, audiovisuales, lecturas y se habilitarán foros abiertos para la interacción y aplicaciones para la evaluación a través de la plataforma eGelapi del eCampus de la UPV/EHU.



### CONTENIDOS:

- Módulo 0:** Presentación del Curso. Alfonso Dubois (UPV/EHU) 14 – 20 oct.
- Módulo 1:** La propuesta alternativa de conceptos y marco de análisis 21 – 27 oct.
- Módulo 2:** Epistemologías del Sur y alteridad. Teresa Cunha (Universidade de Coimbra) 28 oct – 3 nov.
- Módulo 3:** Propuestas feministas por la descolonización de los territorios. Ecofeminismo. Yolanda Jubet 4 – 10 nov.
- Módulo 4:** Conflictos y alternativas de vida de la paz. María Oianguren 11 – 17 nov.
- Módulo 5:** Construyendo Poder Político: Conflictos. Jokin Alberdi (Gernika Gogoratzuz) 18 – 24 nov.
- Módulo 6:** El poder corporativo al asalto de la resistencia popular a los megaproyectos. Gonzalo Fernández (OMAL) 25 nov – 1 dic.
- Módulo 7:** Claves extraídas del análisis de la acción transnacional. Miguel Espinosa (Universidade de Coimbra) Emérita Cuellar (Gernika Gogoratzuz) 2 – 8 dic.
- Módulo 8:** Claves extraídas del análisis de la acción transnacional. Isabel Casimiro (Universidade de Coimbra) Gernika Gogoratzuz) 9 – 15 dic.
- Módulo 9:** Claves extraídas del análisis de la acción transnacional. Xabier Arana Eiguren (Gernika Gogoratzuz) 16 – 22 dic.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como originais licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como originais licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Amazônia: O fogo, territórios coletivos e futuros possíveis

## AN Original

2019-09-23

Por Raimunda Monteiro

A disputa territorial na Amazônia passa por um momento dramático da sua história. As crises ambientais fazem parte da história recente do Bioma Amazônico desde a integração dos seus territórios aos mercados nacionais e internacionais, numa sequência de desastres ecológicos, humanitários e econômicos, que ocorreram em função dos usos extrativistas de seus recursos.



O imediatismo do lucro fácil, a racionalidade que leva grupos empresariais pouco competitivos e avessos à inovação a se apropriar de terras públicas, reservas minerais, água e florestas com subsídios fiscais e informalidades trabalhistas e ambientais explicam grande parte das ações predatórias em multi-escalas, como os incêndios criminosos simbolizados pelo “[Dia do Fogo](#)”.

Há 50 anos as florestas, riquezas do subsolo e energia produzida com a água da Amazônia são exportadas sem

agregação de valor industrial, deixando além dos danos físicos, sociedades locais dependentes de ciclos de extração de matérias-primas. [Gudynas](#) fala de economias extrativistas que, via de regra, dependem de governos autoritários para se viabilizar.

Ocorre que, a onda de ocupações movida pelo agronegócio, no início dos anos 2000 encontrou o país com uma legislação ambiental avançada, organizações sociais com protagonismo nas políticas públicas, uma constituição federal que protegia direitos territoriais e uma sociedade crítica que passou a se posicionar sobre os dados de desmatamentos.

O Estado brasileiro assumiu a posição de mediador em torno das diretrizes do PAS-Plano Amazônia Sustentável que orientou o macro-ordenamento territorial que fechou o acesso às terras e florestas públicas. A Lei 11.284\2006 foi fundamental para o fechamento da fronteira, pois estabeleceu que todas as florestas deveriam continuar florestas e públicas e seu uso passaria a ser ordenado pelo Estado, com gestão compartilhada entre sociedade e Governos. Foi feito Zoneamento Ecológico e Econômico e planos de desenvolvimento sustentável para dar suporte aos asfaltamentos das BR-163 (Mato Grosso-Pará) e BR-369 (Amazonas).

Foram criadas instituições como ICMBIO-Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e os órgãos e sistemas de controle ambientais foram fortalecidos com concursos públicos, equipamentos e escritórios locais. A maioria dos escritórios da BR-163, de onde partiu a ordem do fatídico *Dia do Fogo* foi fechada, inclusive Novo Progresso, pois os servidores foram ameaçados de morte.

Ou seja, a Amazônia vivenciou uma década de governança, com avanços nos estados, na gestão de seus recursos, embora a lógica extrativista tenha prevalecido na economia. Mas, a partir de 2016, todo o sistema de proteção ambiental, dos territórios indígenas, dos povos e populações tradicionais, dos agricultores familiares e dos projetos de assentamentos agrícolas e florestais estão sob pressão dos setores refratários à regulação e que historicamente se beneficiaram da apropriação de terras públicas e da ausência do Estado como política de governo.

Como em todas as fases de incorporação da Amazônia no mundo moderno, também na fase atual, a razão do capital se reveste de razão do Estado na implementação do projeto de apropriação territorial sob governos autoritários. De acordo com Otávio Ianni citado em [Monteiro](#) a “história da Amazônia, desde 64, coloca e recoloca principalmente as seguintes questões: geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo; acumulação primitiva e luta pela terra; ditadura e fronteira”.

Na fase atual, o Estado autoritário volta a dar suporte à novas apropriações de matérias-primas e de territórios nas áreas públicas que estão sob dominialidade coletiva como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável: RESEXs-Reservas Extrativistas, PDSs-Projetos de Desenvolvimento Sustentável, que são assentamentos agrários com proteção das florestas, TI-Terras Indígenas, TQs-Terras Quilombolas, assentamentos de reforma agrária, FLONAS- Florestas Nacionais, entre outros. As unidades de conservação de proteção integral também são alvo de invasões. São essas as últimas áreas que ainda não foram integradas ao mercado e por isso estão sendo atacadas com desmatamentos clandestinos e queimadas como forma de desintegrar as dominialidades coletivas e consolidar a apropriação pela força.

São mais de 30 mil projetos de mineração registrados, fora os garimpos ilegais associados à conflitos socioambientais. A região Norte lidera o ranking de 4.536 focos de conflitos socioambientais em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Assentamentos de reforma agrária registrados no [Brasil](#).

**No Congresso tramitam dezenas de proposições de medidas legislativas de retrocesso socioambiental. Em particular, entre outras medidas, pretendem:**

- (i) desobrigar a atividade agropecuária do licenciamento ambiental;
- (ii) reduzir o tamanho e alterar as categorias das Unidades de Conservação, flexibilizando as normas de proteção, legitimando ocupações irregulares, e liberando áreas protegidas para usos da agropecuária e outras explorações;
- (iii) reduzir as áreas indígenas por meio da fixação do marco temporal de 1988, e da extensão para todas as demarcações das terras indígenas das 19 condicionalidades definidas pelo Supremo para a “Raposa Terra do Sol”;
- (iv) transferir para o mercado as terras obtidas pelo programa de reforma agrária, de novo, com vistas a disponibilizar mais terras para a exploração capitalista;
- (v) liberalizar ainda mais o uso dos venenos agrícolas;
- (vi) legitimar as ocupações de terras da União, o que, além de cancelar a grilagem, fará avançar ainda mais a atividade agropecuária sobre as comunidades tradicionais e biomas sensíveis e estratégicos como Amazônia e cerrados.

#### Retomando caminhos afirmativos

O *impeachment* presidencial de 2016 teve nos setores refratários à regulação o apoio político para desfazer os marcos regulatórios ambientais, fundiários e territoriais que os impedem de acessar as áreas protegidas da Amazônia.

A manutenção do marco regulatório e ordenamento territorial vigentes é o caminho para avançar na valorização dos recursos florestais e sistemas de produção agrícolas sustentáveis, elevar a produtividade e a diversidade de fontes de riquezas. Para isso, potencializar os sistemas de manejo cujas tecnologias socioculturais e científicas já têm validade comprovada. Assim como, deve ser construída uma política de industrialização diferenciada para a região, compatível com o mosaico de oportunidades e saberes de suas populações.

Os recursos públicos devem apoiar os setores que aceitam a regulação, desestimulando os refratários. A produção sustentável, assim como o pagamento de serviços ambientais e o avanço de parcerias com mercados de consumo de alimentos, fármacos e outros produtos da biodiversidade podem manter a Amazônia conservada e gerando riquezas para suas populações e para o mundo.

Um futuro da Amazônia passa também pela interrupção da política de acesso amplo e irrestrito das empresas norte-americanas aos ativos da região. Novos marcos de cooperação nacional e internacional devem ser buscados, em escalas locais e pan-amazônicas.

Movimentos sociais, organizações ambientalistas, partidos de orientação democráticas, intelectuais críticos, estudantes conscientes, igrejas e organizações não governamentais precisam estar unidos numa plataforma pela democracia e pelo respeito às conquistas civilizatórias que fizeram da Amazônia e do Brasil lugares de diversidade e de vida pujante. Um esforço de salvamento do presente, para assegurar a capacidade de sonhar futuros renovados.



**Raimunda Monteiro** é Professora do Instituto de Ciências da Sociedade da UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará; Pós-Doutora em Ciências Sociais, Universidade de Coimbra; PHD em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Mestre em Planejamento de Desenvolvimento Regional, Graduada em Jornalismo (UFPA).



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1 2 1 9 0  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



# A Versão Moderna da Aporia Brasileira: “Moço, Me Dê Uma Ajuda?” AN Original

2019-09-21

Por Rafael dos Santos da Silva

A pergunta exposta no subtítulo desse texto voltou a ser escutada facilmente nas portas de vários supermercados, e nas principais praças brasileiras. Ao ser confrontado por tal realidade, imediatamente pensei na terminologia denominada de *APORIA*. O termo que dizer: sem saída, o fim de um caminho. Aporia se estabelece na mitologia grega para fazer companhia a *PENIA* que era por sua vez a personificação da pobreza. Mas, imediatamente sou levado a pensar também que o fim de um caminho não significa acabar... mas a imposição de quê outro caminho seja construído.

É exatamente com essa esperança que gostaria de refletir a saga da miséria que avança sobre a população brasileira materializada na expressão “me dê uma ajuda”.

Ao escutar o clamor do pobre, somos levados a refletir que a miséria, enquanto estágio agudo da pobreza consiste no lugar onde são rompidos todos os laços sociais. Ali se perde a dimensão da solidariedade e verdadeiramente o indivíduo é condenado a entregar-se à própria sorte. O senso de legalidade se desfaz diante da possibilidade da ânsia biológica. Sem dignidade, a condição de miséria confunde o sentimento de pertencimento social de classe ou étnica. O grau de vulnerabilidade conduz o extinto de sobrevivência a grau zero, tornando possível qualquer ato que garanta sobrevivência.



O miserável abandona-se no seu vazio existencial e dar-se a sua “revolução” individual. Degradado pela ausência de solidariedade só lhes resta o caminho – quase sem volta – do confronto, que pode ter seu início com a frase “me dê uma ajuda”. No momento em que essa expressão é utilizada, estão sendo confrontadas duas realidades distintas: de quem pode

ajudar e de quem precisa ser ajudado; de quem está de pé, e de quem está a rastejar pelo caminho da indignidade. Quem pede, expõe antes que uma simples acomodação, uma afirmação evidentemente sincera, assentada na boa fé daquele que vai julgar sua atitude. Para utilizar os termos de **Vitor Hugo** “o miserável vagueia pelos subterrâneos da dignidade”. Excluído do convívio ele passa a representar um estorvo que incomoda, fazendo os menos atentos ou desonestos, justificar seu estado por sua incompetência.

Interessa-nos assim, identificar onde nasce a miséria. A origem da miséria reside na opção política. Portanto, na materialidade socialmente produzida. **Manfredo Oliveira** observa que essa realidade impõe outra pergunta fundamental: qual nosso real projeto de sociedade? Essas indagações precisam estar no ponto de partida de qualquer análise do tecido humano expresso na crise social e ambiental. Contudo, a sociologia mais atenta vai identificar na opção do modelo de mediação social as raízes das crises apresentadas acima. Tal escolha passa essencialmente pelo grau de democracia construída, ou permitida ao conjunto da sociedade. O século XX serviu de palco para a disputa de dois modelos sociais de estado. De um lado, um estado pautado na construção de instrumentos políticos, sociais e econômicos garantidores de direitos positivos. Um estado suficientemente necessário capaz de estabelecer um conjunto de intervenções de modo a promover equilíbrio entre produção material da riqueza e sua justa distribuição. O objetivo aqui se dá na procura da justa medida, ou da justiça social.

Do outro lado, tem-se o modelo de estado reduzido a função financista. A técnica passa a ser a instrumentalização dos mecanismos de intervenção, mínima para a sociedade, mas máxima para o setor produtivo. O arranjo prever um estado que acomode o maior número possível de interesses ventilados pelo mercado. De forma açodada dar-se a essa opção o substantivo “liberal” ou de “estado mínimo”, numa tentativa de manipular o conceito da economia clássica baseada no *Laissez-faire*.

O modelo pautado na financierização assenta sua base no crescimento ilimitado. Para usar a expressão de Manfredo Oliveria na “absolutização do Mercado”. Seus mecanismos estão nas raízes da desigualdade, pois favorecem baixa distribuição da renda e da riqueza. Constituem-se no mais nefasto projeto de extorsão social, quase sempre pautado no estelionato das atividades neofeudais. Levado a cabo,

**Ladislau Dowbor** alerta que tais mecanismos produzem ambientes que mais se assemelham a paraísos fiscais cimentados no parasitismo do capital improdutivo.

O modelo de financierização do capital via estado precisa reduzir o espaço político socialmente construído, ou seja; precisa sequestrar a dinâmica da democracia. Esse controle vem dia-a-dia a sofisticar suas ações de destruição do espaço democrático que caminha a passos largos para alcançar a mais completa **drozinização da democracia**. Reduzida a sua pequenez, a democracia conhece sua face mais simples, o processo eleitoral, onde se estabelece um campo fértil para o “fascismo social”. Boaventura Souza Santos atesta que esse cenário é caracterizado também pela manipulação midiática da sociedade, fraude eleitoral e a ascensão de uma economia extrativista baseada na neocolonização.

Em contraponto, uma sociedade forjada na democracia tende a resistir às investidas do neoliberalismo. Isso porque conhece os instrumentos essenciais para denunciar a alta concentração da riqueza resultado da financierização da economia. A capacidade de uma sociedade democrática se ancora no ethos da solidariedade, de tal forma que se fortalecem enquanto comunidade. Uma sociedade cuja democracia é o meio, não fica inerte diante do parasitismo escondido em discursos antidemocráticos, como ao que levou – recentemente - um dos filhos do presidente da República do Brasil a bravar em redes sociais que: “por vias democráticas não haverá mudanças **rápidas**”.

A frase antidemocrática apontada acima é a outra face da nossa aporia. Como irmã siamesa ela guarda uma dimensão ontológica da expressão “me dê uma ajuda”. Ambas revelam o vazio abissal que atualmente caracteriza nossas opções sociais. A aporia em letras garrafais vai assim se desnudando até reconhecer que o Brasil está nitidamente mudando suas escolhas enquanto modelo de estado, via redução dos espaços democráticos. É evidente que estar a migrar do estado de bem-estar social para o modelo de financierização do capital, sem que tenha conhecido por completo àquele primeiro.

Para o acrisolamento da democracia, são dados passos largos em direção a um modelo pautado na segregação, no extrativismo e na concentração da riqueza. Sua redução, revela-se na rota da produção da injustiça social. É possível observar tal dinâmica nos números apresentados pelo **IBGE**. O instituto brasileiro é taxativo ao exclamar que 55 milhões de indivíduos estão expostos a alguma dimensão da pobreza material. Desses, 6,3 milhões estão efetivamente na condição de miséria. Outros 13 milhões estão desempregados e a reforma do trabalho já expõe 28 milhões de pessoas à condição de subutilização. Esses números tendem a piorar quando começarmos a conhecer os primeiros efeitos da desnecessária reforma da previdência.

Por isso, é urgente construir outro caminho. Mas é preciso reconhecer a aporia deste momento. Apresentar saída real e vencer o medo inercial. Tal caminho consiste em afirmar que a miséria, por ser uma condição socialmente construída, é por assim dizer um problema ético, e não técnico. Não há receita, mas estou convencido que a resposta a aporia começa pela ampliação da democracia; parar a produção de injustiças sociais, e a promover uma economia que cuide da casa comum.

Quiçá nos convençemos que a superação da aporia entre nós, passa por aceitarmos que outro caminho seja possível. O caminho que renove e amplie a democracia.



Rafael dos Santos da Silva é Professor na Universidade Federal do Ceará - UFC e Doutorando em Sociologia pela Universidade de Coimbra – UC.



**EPISTEMOLOGIAS DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra

1 2 1 9 0  
**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia  
Inscrita no Livro de Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# These girls are ours: constructing the colour of the nation over the bodies of murdered girls in Italy

## AN Original - DeOthering & Migrating Rights

2019-09-17

By Gaia Giuliani

*This article is part of a serial by the **DeOthering** project research team, monthly published in Alice News and also part of the serial **"Migrating Rights"** aimed at celebrating the 70th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. These contributions are elaborated under the coordination of the Inter-Thematic group on Migration (ITM) of the Centre for Social Studies of the University of Coimbra.*

This essay represents an extract of a major article co-written by myself, Júlia Garraio and Sofia José Santos and to be published by the academic journal *Socioscapes* in 2019. The co-written article contains a reflection on femonationalism in the discourses of Italian and German extreme-right's online social media in relation to some important cases of sexual assault, rape and murder of young (national and white) girls by refugees and migrants. The present essay only focus on the Italian case. Based on a survey on facebook pages of major far-right parties and movements in Italy, it tries to connect what I have called 'figures of race' drawing from Italian and transnational colonial and national archives, to visual and written narratives and comments that build today on social media what I have called elsewhere the Italian "colour of the nation".



In the context of an increasing moral panic towards the alleged unruly invasion of migrants and asylum seekers in Italy and its consequences in terms of the so-called violation of the Italian (white) 'imagined community' symbolic and physical body, special attention has been payed to sex crimes perpetrated by migrant men, which have been given meaning connected to specific gendered and racialized idea of the nation.

Far from being a construction elaborated only by extreme-right movements and parties, the idea of male migrants and refugees as hypersexualized and sexually repressed and aggressive potential criminals is shared by a large array of political formations and public opinion. Traditional and digital media have contributed decidedly to this construction profiting from the fear of invasion that is structuring the Italian public opinion since the 2000s. This construction draws from a very well sedimented colonial archive that has not been deconstructed after the end of national and international

colonial experiences and that has been then revitalised by discourses on terrorism, loss of identity and civic conquests, and national security.

Figures of race coming from the colonial archive and referring to black and brown bodies are accompanied here by other figures from the national archive depicting the internal abject (specifically the Roma man) as a natural-born rapist. Here I am referring to the rape and murder of Renata Reggiani occurred in the capital's outskirts in 2007 by a Roma man with mental disability. The personal and State violence against Roma people and their camps that followed the murder was brutal and indiscriminate. More recently, these figures have been very successfully mobilized by the Italian extreme right movements and parties and inserted within an imaginary of fear that led those same parties to gain substantial consent in local, national and European elections (especially for the Lega) and to the Parliament's approval of the Decreto Salvini on immigration and asylum-seeking (on the 24 of September 2018), the reform to the Law of Legitimate Defence (approved on the 26th of April 2019) and the application of the Close Ports policy (since June 2018)



What is at scrutiny here is the online social media (facebook) discourse(s) that has been articulated on those figures by the main right and extreme right parties in order to understand what kind of imagined 'community and its enemies' are widely circulating and structuring Italians' self-perception.

I have examined social media circulation of posts, images, videos and comments regarding two particular sexual crimes: the rape and murder of Pamela Mastropietro, an 18 years old young woman, by three Nigerian migrants in Macerata, in 2018. Mastropietro had left the rehab clinic near Macerata, where she lived, to buy drugs in the main city, and she was found dead, her body bleached, chopped and put in two bags left by the murders near a provincial way outside Macerata. Desmond Lucky e Lucky Awelima were then considered culprits of rape and Innocent Oseghale was found the culprit of murder and given a life sentence (2019). On February 3rd, the terrible crime, labelled

by the right as the result of the deeds of the Nigerian mafia in Italy, led former Lega candidate to the local government, and former Forza Nuova member, Luca Traini, to shoot six black persons from his car (namely: Nigerian Jennifer Otio, Festus Omagbon and Gideon Azeke, Ghanian Wilson Kofi, Gambian Omar Fadera and Malian Mahmadou Touré) while shouting 'Heil Italy!' ('Viva l'Italia!').

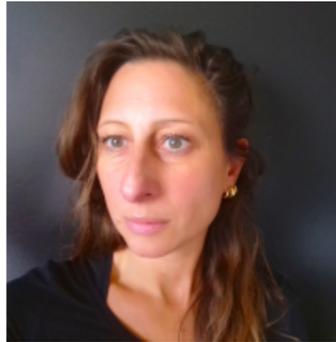
The second is the gang rape and murder of Desiree Mariottini, a 16 years old girl in Rome (October 2018) by five men - three Senegalese, a Nigerian and an Italian. The girl had gone to Quartire San Lorenzo in Rome to buy drugs with the help of an Italian black woman (Antonella Fauntleroy) and left in an abandoned building with the three pushers, who then raped and murdered her.

The facebook pages I have considered are those of four parties and self-defined movements of the Italian right and extreme right - Lega, Fratelli d'Italia, Forza Nuova, CasaPound Italia - and the personal page of their leaders, respectively, Matteo Salvini, Giorgia Meloni, Roberto Fiore, Simone di Stefano. These parties and movements have been selected for three reasons. First, their rise in visibility and electoral consent. Although their electoral success may vary as well as their number of party/movement members, all of them have reached a considerable increase of political and electoral local and national consent and/or major visibility in the national traditional media. Second, despite their differences - two of them, Forza Nuova and CasaPound Italia are openly fascist, while Lega and Fratelli d'Italia do not label themselves as such, even though the latter is the offspring of postfascist Movimento Sociale Italiano and then Alleanza Nazionale - they have a strong and well defined ideological apparatus. Matteo Salvini's new Lega is an exception: Salvini's Lega made a radical turn in 2017 when from an autonomist and federalist it became a nationalist and soberanist party, a *populist radical right* party (like Fratelli d'Italia), which is today the main point of reference for and allied to the *neo-fascist right*.

From my survey, it clearly appears that there is a strong convergence between the main discourse articulated by Salvini, defining the rape by a refugee or an asylum seeker under humanitarian protection as 'double' (against the victim and against the Italian society), and the discourses produced by all the extreme right facebook pages' posts. Besides this, it represents a leitmotiv shared by very different

political forces – from moderate left to extreme right – and it is claimed by a considerable number of facebook members.

As it emerges from the posts and comments analysed, horror and fear against the murders convey moral panic and fury against migrants and refugees in general, portraying them as potential criminals. Fears of invasion are underpinned by ideas of black Otherness that are forged on the base of those 'figures of race' that allow a generalization of the depravity of the rapists and murders to include all the incoming male (black) population («everybody out!»). Against the «beasts», controversial figures like those of Mastropietro and Mariottini are reappropriated as innocent martyrs («flowers»), and daughters of the nation. Against the beasts, then, the moral reprobation is twofold, since their crime is against a person and the national 'family' to which she belongs. This family is not meant to include Nigerian and Senegalese black migrants, refugees, and humanitarian protection's seekers, nor Roma, as it was demonstrated by the failed approval in Italian Parliament of the Law of *Ius Soli*, the rise in anti-gypsy racism and the many appeals made by Salvini to the need to destroy Roma camps together with refugees and migrants' illegal slums. As it is confirmed by the descriptions of Mastropietro and Mariottini, the colour of the Italian national family is undoubtedly white – if not ultimately whitened by the same racial crime black men have committed.



**Gaia Giuliani** is a researcher at the Centro de Estudos Sociais (CES), University of Coimbra, where she is the PI of "(De)Othering - Deconstructing Risk and Otherness: hegemonic scripts and counter-narratives on migrants/refugees and 'internal Others' in Portuguese and European mediascapes" (2018-2121): POCI-01-0145-FEDER-029997. In 2005, she received her PhD in History of political ideas from the University of Torino (2005) and in 2017, the title of Associate professor in Political philosophy from the Italian Ministry of Education (ASN). She is also co-founder of InterGRace – Interdisciplinary Research Group on Race and Racisms (2014). Giuliani is an Italian Critical Whiteness Studies Pioneer, an Anti-racist Feminist Activist and Scholar, and a Transnational De-creator of Post-colonial (visual) Archives of Monstrosity. Among her publications: the monographs *Race, Nation, and Gender in Modern Italy*. *Intersectional Representations in Visual*

*Culture* (Palgrave Macmillan, 2018) {Finalist, Fifth Place Ex Aequo of the Edinburgh Gadda Prize 2019}, *Zombie, alieni e mutanti. Le paure dall'11 settembre ai giorni nostri* (Le Monnier 2016), and *Beyond curiosity. James Mill e la costruzione del governo coloniale britannico in India* (Aracne, 2008), the co-authored *Bianco e nero. Storia dell'identità razziale degli italiani* with dr. Cristina Lombardi-Diop (Le Monnier 2013) {First prize 2014 in the 20th-21st century category by the American Association for Italian Studies}, the edited book *Il colore della nazione* (Le Monnier/Mondadori Education 2015), and the forthcoming single-authored *Environmental Disasters, Migrations and the War on Terror: A Postcolonial Investigation of Cultural Constructions of Monstrosity*, Routledge: London, 2020.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sufita  
- inscrita no Livro de Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.